

Colégio  
M0001Sala  
0001Ordem  
0001

Agosto/2025

## Concurso Público para Provimento de Cargos de Analista Judiciário – Área Administrativa

Nome do Candidato  
Caderno de Prova 'A01', Tipo 001Nº de Inscrição  
MODELONº do Caderno  
TIPO-001Nº do Documento  
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA****Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva-Redação**

### INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Compreender que há vantagens e desvantagens em tudo  
facilita as escolhas.

- Verifique se este caderno corresponde à sua opção de cargo, se contém 60 questões numeradas de 1 a 60 e se contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.  
Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C ○ D ○ E
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, caneta marca texto, líquido corretivo, régua, borracha ou calculadora durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação com outras pessoas, ou utilizando-se de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo.

**Compreensão do tempo histórico**

*Quando cada instante do tempo que vivemos está vazio, ele não pode ser estimulado por uma expectativa promissora, por uma esperança. No entanto, se ele está sobrecarregado a ponto de explodir, fervilhando com o peso de todos os momentos anteriores, ele não dispõe de capacidade de provisão necessária para se abrir positivamente. Existe uma tensão entre a antecipação e a realização, entre o vazio do momento atual e a expectativa de que a qualquer momento ele será preenchido satisfatoriamente.*

*Para quem só se alimenta da ideia do progresso, todos os momentos são desvalorizados pelo fato de que cada um deles não passa de um degrau para o seguinte, o presente sendo uma prancha que desembarca no futuro. Cada átimo de tempo é depreciado em relação a uma infinidade de átimos que ainda virão, numa espécie de visão do progresso eterno.*

*A perspectiva de eternidade progressiva priva a história humana de seu caráter dramático, nela não se consegue perceber que não são os sonhos de que seus netos sejam livres que estimulam os homens e as mulheres a se revoltar, mas as lembranças de seus antepassados oprimidos. É o passado que nos fornece os recursos para ter esperança, e não simplesmente a possibilidade teórica de um futuro um pouco mais gratificante. É assim que o filósofo alemão Ernst Bloch pode falar do "futuro ainda não cumprido no passado".*

*Devemos nos esforçar, portanto, para manter o passado inacabado, recusando-nos a aceitar sua aparência de encerramento como palavra final, abrindo-o novamente ao reescrever sua fatalidade aparente sob o signo da liberdade crítica.*

(Adaptado de EAGLETON, Terry. **Esperança sem otimismo**. Trad. Fernando Santos, São Paulo: Editora Unesp, 2023, p. 49-50)

1. De acordo com a tese defendida pelo autor ao longo do texto, o passado
  - (A) deve ser compreendido como um momento cuja superação depende da linha progressista em que o concebemos.
  - (B) é um tempo estimulante na medida em que nos abasteça de recursos capazes de mobilizar nossa esperança.
  - (C) pode nos mobilizar positivamente quando somos capazes de tomá-lo como inspiração para a escalada do progresso.
  - (D) requer que seja imobilizado em sua verdade própria para servir como exemplo para os nossos passos futuros.
  - (E) constitui um tempo cuja extinção histórica deve servir como alerta para que épocas futuras não tenham o mesmo destino.

---

2. A formulação do tempo proposta por Ernst Bloch argumenta em favor da seguinte ideia do texto:
  - (A) *não dispõe de capacidade de provisão necessária para se abrir positivamente* (1º parágrafo)
  - (B) *Cada átimo de tempo é depreciado em relação a uma infinidade de átimos* (2º parágrafo)
  - (C) *o presente sendo uma prancha que desembarca no futuro* (2º parágrafo)
  - (D) *possibilidade teórica de um futuro um pouco mais gratificante* (3º parágrafo)
  - (E) *recusando-nos a aceitar sua aparência de encerramento* (4º parágrafo)

---

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
  - (A) *estimulado por uma expectativa promissora* (1º parágrafo) = induzido pela prevenção de uma promessa
  - (B) *uma prancha que desembarca no futuro* (2º parágrafo) = uma embarcação que se vislumbra no destino
  - (C) *priva a história humana de seu caráter dramático* (3º parágrafo) = provê de tensão o senso histórico da humanidade
  - (D) *possibilidade teórica de um futuro um pouco mais gratificante* (3º parágrafo) = virtualidade abstrata de um porvir um tanto mais positivo
  - (E) *manter o passado inacabado* (4º parágrafo) = retificar o caráter inconcluso do que passou



4. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Não deveriam haver tensões entre a antecipação e a realização dos fatos desejáveis.
  - (B) Ainda quando se apresenta situações passadas como mortas, não se deve subestimá-las.
  - (C) Deve-se às lembranças vivas do passado o reconhecimento do que nos legaram.
  - (D) Ao se privarem dos valores do passado, a geração dos mais jovens fica mais pobre.
  - (E) Estimam-se que os eventos trágicos tornam-se farsas quando se repetem.

5. *Para quem só se alimenta da ideia do progresso, todos os momentos são desvalorizados.*

A frase acima permanecerá correta e coerente caso uma nova redação, iniciada por **A desvalorização de todos os momentos**, se complemente com

- (A) se dá para quem se nutre exclusivamente da ideia do progresso.
- (B) desfavorecem os que têm como alimento a ideia do progresso.
- (C) exclui quem não dispensa a ideia do progresso.
- (D) restringe-se a quem acusa a ideia do progresso.
- (E) afeta tão somente ao entusiasta da ideia do progresso.

**Atenção:** Para responder às questões de números 6 a 9, baseie-se no texto abaixo.

### Imagens e palavras

*Alguém terá dito: "Uma imagem vale por mil palavras" – frase que ganhou fama e foro de verdade. Mas o escritor e artista gráfico Millôr Fernandes, que transitou toda a sua vida entre desenhos e textos, retrucou ao desconhecido autor da frase: "Diga isso sem palavras". Para fazer justiça à linguagem verbal, Millôr desafia qualquer imagem a formular um conceito.*

*Melhor será, para lembrar outra frase famosa, acreditar em "A cada um o que é seu". A imagem tem o impacto imediato de sua aparição visível, de sua epifania impositiva. As palavras conceituais pedem uma compreensão interiorizada da construção de seu sentido. Uma fotografia faz surgir diante de nós uma captação de um elemento da realidade; já a imagem verbal se impõe também pelo som das palavras que a traduzem e depende muito de uma visualização algo fantasiosa.*

*Humoristas, cartunistas e redatores sabem muito bem o que podem fazer para alcançar o riso de seu público. A imagem do humor promove, por exemplo, uma discrepância entre a figura imprevista e uma expectativa convencional: o que deveria ser levado a sério se vê desvestido e exposto ao riso da surpresa. Já as palavras do humor escrito promovem basicamente um desencontro entre a gravidade de uma situação e o desbocamento verbal, ou uma alteração drástica de sentido que torna ridícula uma elocução moralista.*

*Como as artes não precisam se excluir, até porque muitas vezes se associam e se complementam, imagens e palavra por vezes se somam de modo a intensificar uma o sentido da outra. Outras linguagens artísticas, como a literatura e a música, por exemplo, podem associar-se, compor canções notáveis, tanto no registro mais popular como no erudito. Digamos então que tanto a legenda de uma foto pode ser vital para contextualizar uma imagem, como uma pintura associada a um poema empresta a ele um horizonte de projeção.*

(Claudionor Martinho, a editar)

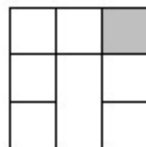
6. Diante da frase "Uma imagem vale por mil palavras", Millôr Fernandes
- (A) considerou sua justeza, reconhecendo a capacidade de síntese de uma imagem visual que a imagem verbal não pode pretender.
  - (B) admitiu que ela seja verdadeira, desde que também sejam reconhecidas como imagens as que são acionadas numa linguagem figurada.
  - (C) lembrou que o limite próprio das imagens visuais impede que elas possam expressar os conceitos a que só a linguagem verbal tem acesso.
  - (D) retrucou com grande ironia, demonstrando que o apelo de toda imagem visual deve ser entendida a partir de uma interpretação discursiva.
  - (E) relativizou com propriedade, ao provar que os conceitos verbais podem ter tanto impacto visual como o das imagens plásticas.



7. A frase "A cada um o que é seu" (2º parágrafo), uma vez aplicada aos universos das diversas artes, se mostrará
- (A) verdadeira, pois deve ser reconhecido o limite estanque de atuação de cada uma das linguagens artísticas.
  - (B) ingênua, pois cada uma das linguagens artísticas tem uma identidade dependente da sua interação com as demais.
  - (C) inválida no caso da linguagem verbal, uma vez que esta não goza da autonomia que é própria da linguagem visual.
  - (D) enganosa, pois é conhecida a possibilidade que têm as artes de se relacionarem entre si e assim potenciarem o seu sentido.
  - (E) errônea, pois a liberdade de criação de cada manifestação artística não permite identificar o que é próprio de sua linguagem.
- 
8. No terceiro parágrafo, as formas de humor alcançadas por cartunistas e redatores têm como elemento comum as operações que se exprimem nos efeitos de
- (A) *discrepância e desencontro*.
  - (B) *figura imprevista e riso da surpresa*.
  - (C) *gravidade e expectativa convencional*.
  - (D) *alteração e desbocamento verbal*.
  - (E) *expectativa e elocução moralista*.
- 
9. A correta transposição para a voz passiva da frase *Millôr desafia qualquer imagem a formular um conceito* levará às seguintes formas verbais:
- (A) terá desafiado / tem formulado
  - (B) é desafiada / seja nela formulado
  - (C) tem desafiado / formular-se
  - (D) é desafiado / é formulado nela
  - (E) fora desafiada / teria formulado

#### Raciocínio Lógico-Matemático

10. Em uma prova de matemática, a nota de Carlos foi maior do que a de Márcia e menor do que a de Ana. A nota de Ana foi maior do que a de Débora, que não foi menor do que a de Carlos. Se Otávio não teve nota maior do que Márcia, é correto afirmar que
- (A) Otávio, e somente ele, teve a menor nota do grupo.
  - (B) Débora teve a maior nota do grupo.
  - (C) Ana, e somente ela, teve a maior nota do grupo.
  - (D) Márcia teve nota maior do que Débora.
  - (E) Carlos teve nota menor do que Otávio.
- 
11. Os números 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 devem ser colocados nos quadradinhos da figura de forma que os números cresçam da esquerda para a direita e de cima para baixo.



Considere todos os números que podem aparecer no quadradinho cinza. A soma desses números é

- (A) 11.
  - (B) 10.
  - (C) 9.
  - (D) 12.
  - (E) 13.
- 
12. A soma de 3 números inteiros, positivos e distintos entre si é 9. Se o produto desses três números é 15, a soma do maior com o menor desses números é
- (A) 8.
  - (B) 6.
  - (C) 7.
  - (D) 5.
  - (E) 9.



13. Um supermercado está fazendo a seguinte promoção em dois produtos:

	Preço unitário	Preço Promocional
Óleo de Soja (5 L)	R\$ 40,00	50% de desconto na 2ª unidade
Azeite	R\$ 45,00	40% de desconto na 3ª unidade

João comprou 2 unidades de óleo de soja e 3 unidades de azeite. Em relação ao custo original, João economizou entre

- (A) 10% e 15%.  
 (B) 15% e 20%.  
 (C) 30% e 35%.  
 (D) 25% e 30%.  
 (E) 20% e 25%.

#### Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

14. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, o consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência é indispensável para a realização de tratamento, procedimento, hospitalização e pesquisa científica. Sobre o tema, considere a seguinte situação hipotética: Ana é pessoa com deficiência em situação de curatela. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, eventual pesquisa científica, envolvendo Ana, deve ser realizada,
- (A) em caráter excepcional, apenas quando houver indícios de benefício direto para a saúde de outras pessoas com deficiência, independentemente de existir outra opção de pesquisa de eficácia comparável com participantes não tutelados ou curatelados.  
 (B) como regra, e sempre que necessário, independentemente de qualquer outro requisito legal, dada a relevância de pesquisas científicas.  
 (C) em caráter excepcional, apenas quando houver indícios de benefício direto para a saúde de Ana ou para a saúde de outras pessoas com deficiência e desde que não haja outra opção de pesquisa de eficácia comparável com participantes não tutelados ou curatelados.  
 (D) em caráter excepcional, apenas quando houver indícios de benefício direto para a saúde de Ana, independentemente de existir outra opção de pesquisa de eficácia comparável com participantes não tutelados ou curatelados.  
 (E) como regra, e sempre que necessário, exigindo-se, apenas, que haja indícios de benefício direto para a saúde de outras pessoas com deficiência.
15. O Município de São Paulo pretende construir um passeio público em área importante da cidade, de forma a garantir a segurança e a acessibilidade da população paulistana. No que concerne às características do passeio público, previsto expressamente na Lei nº 10.098/2000,
- (A) destina-se somente à circulação de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano e de vegetação.  
 (B) trata-se de elemento obrigatório de urbanização e parte da via pública, excepcionalmente segregado e no mesmo nível.  
 (C) destina-se somente à circulação de pedestres, não se admitindo sua destinação para implantação de mobiliário urbano ou vegetação.  
 (D) constitui elemento obrigatório de urbanização, todavia não faz parte da via pública.  
 (E) não constitui elemento obrigatório de urbanização, mas consiste em parte da via pública, normalmente segregado e em nível diferente.

#### Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

16. Considere:
- I. Lavar Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), a ser homologado pelo(a) Diretor(a)-Geral de Administração, quando a violação ao Código de Ética não importar em dano de maior gravidade ou afronta direta aos princípios que regem a Administração Pública, desde que haja o reconhecimento da falta e o compromisso de reparação do eventual dano.  
 II. Sugerir instauração de processo para apuração de conduta que viola as normas éticas, desde que haja indícios suficientes.  
 III. Apresentar relatório semestral de suas atividades à Presidência do Tribunal, contendo a avaliação da atualidade do Código de Ética e as propostas e sugestões para seu aprimoramento e modernização.  
 IV. Apresentar o Código de Ética aos novos(as) servidores(as).

No que diz respeito às atribuições do Comitê de Ética e Integridade previstas no Código de Ética dos(as) servidores(as) do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.  
 (B) III e IV.  
 (C) I e III.  
 (D) II, III e IV.  
 (E) I, II e IV.



17. Nos termos do Código de Ética do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, ao(à) servidor(a) do referido Tribunal é permitida a aceitação de brindes, contanto que atendidos certos requisitos. O primeiro deles dispõe que os brindes não tenham valor comercial ou sejam distribuídos por entidade de qualquer natureza a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos ou datas comemorativas de caráter histórico ou cultural, desde que não ultrapassem determinado valor unitário. O segundo requisito exige o respeito a um lapso temporal quanto à periodicidade da distribuição. Por fim, o terceiro requisito dispõe que tais brindes sejam de caráter geral, não se destinando a agradecer exclusivamente uma determinada pessoa. Acerca dos requisitos narrados, os brindes, para serem permitidos,
- (A) não devem ultrapassar o valor unitário de R\$ 200,00; e a periodicidade da distribuição deve ser superior a 20 meses.
  - (B) podem atingir o valor unitário máximo de R\$ 150,00, e a periodicidade da distribuição deve ser superior a 15 meses.
  - (C) podem atingir o valor unitário máximo de R\$ 150,00, e a periodicidade da distribuição não deve ser inferior a 24 meses.
  - (D) não devem ultrapassar o valor unitário de R\$ 100,00; e a periodicidade da distribuição não deve ser inferior a 12 meses.
  - (E) podem atingir o valor unitário máximo de R\$ 200,00, e a periodicidade da distribuição deve ser superior a 15 meses.

#### Noções de Informática

18. No Windows 10, a ação corretamente descrita é:
- (A) O Gerenciador de Tarefas pode ser acessado pressionando Ctrl + Alt + A.
  - (B) O Painel de Controle foi removido, sendo substituído pelo aplicativo Configurações.
  - (C) Arquivos enviados para a Lixeira são excluídos permanentemente e não podem ser restaurados.
  - (D) O Explorador de Arquivos permite acessar rapidamente pastas como Documentos, Downloads e Área de Trabalho através do menu "Acesso Rápido".
  - (E) A Cortana, assistente virtual da Microsoft, é obrigatoriamente ativada por padrão e não pode ser desativada.
19. O servidor João trabalha em um órgão do Poder Judiciário e precisa redigir uma minuta de decisão judicial em colaboração com outros dois colegas da unidade. Além disso, deverá armazenar documentos sensíveis com controle de acesso, agendar reuniões virtuais com partes externas e organizar uma planilha com prazos processuais. Dado que o órgão utiliza a plataforma Google Workspace institucional, a ação correta e adequada ao uso dessa plataforma é:
- (A) João deve enviar a minuta por e-mail em anexo a cada colega para que façam alterações separadamente e depois consolidar manualmente os documentos.
  - (B) João deve utilizar o Google Drive pessoal, já que o institucional tem acesso limitado, para armazenar documentos sensíveis.
  - (C) João pode usar o Google Docs para redigir a minuta colaborativamente em tempo real, armazená-la no Drive institucional com controle de acesso, agendar a reunião pelo Google Agenda e usar o Google Sheets para organizar os prazos.
  - (D) O agendamento de reuniões virtuais com partes externas deve ser feito exclusivamente por meio do WhatsApp, pois o Google Workspace não permite convites para usuários fora do domínio.
  - (E) João deve evitar o uso do recurso Google Docs, já que o uso de nuvem é inseguro, mesmo sendo fornecido institucionalmente.
20. A servidora Ana trabalha na vara civil de um tribunal e frequentemente acessa sistemas judiciais, manipula documentos sigilosos e recebe e-mails com arquivos anexos. Recentemente, percebeu lentidão no computador e janelas pop-up incomuns. Para evitar riscos à integridade e confidencialidade das informações tratadas, Ana decide adotar boas práticas de segurança digital com base na ação correta e segura no contexto da administração pública, que é:
- (A) desativar temporariamente o antivírus para permitir a abertura de anexos recebidos por e-mail institucional, confiando que se trata de documentos judiciais.
  - (B) manter o antivírus e o firewall ativados, evitar abrir anexos suspeitos e acionar a equipe de TI ao notar comportamentos anormais no sistema.
  - (C) instalar softwares baixados de sites alternativos, desde que usados por colegas de trabalho a fim de agilizar o acesso aos documentos.
  - (D) compartilhar senhas com colegas de equipe, desde que o objetivo seja facilitar o trabalho conjunto em processos urgentes.
  - (E) abrir os arquivos no e-mail institucional, pois isso garante que estão livres de vírus.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

**Atenção:** Para responder às questões de números 21 a 26, considere a Constituição Federal de 1988.

21. O Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e os Juízes do Trabalho são órgãos da Justiça do Trabalho, sendo que
- (A) cabe à Justiça do Trabalho, dentre outras competências previstas constitucionalmente, processar e julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho, além de outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.
  - (B) funcionará junto ao Tribunal Superior do Trabalho: a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa da Justiça do Trabalho; o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cabendo-lhe regulamentar os cursos oficiais para o ingresso na carreira.
  - (C) um terço dos membros do Tribunal Superior do Trabalho serão advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Federal com mais de dez anos de efetivo exercício.
  - (D) em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, mas não competirá à Justiça do Trabalho decidir o conflito, pois não compete a ela processar e julgar as ações que envolvam exercício do direito de greve.
  - (E) nas Varas do Trabalho, a jurisdição será exercida por um juiz singular e os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, onze juízes, recrutados na respectiva região e nomeados pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.
- 
22. Suponha que o Presidente da República apresente projeto de lei que disponha sobre criação de cargos na administração direta em período que não seja o de recesso do Congresso Nacional e solicite urgência na apreciação desse projeto. Nesse caso, sabendo-se que não se trata de projeto de código, com base apenas nas informações fornecidas, a discussão e votação desse projeto de lei terá início
- (A) no Senado Federal. Se a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem sobre a proposição, cada qual sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, inclusive as que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação.
  - (B) na Câmara dos Deputados. Se a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem sobre a proposição, cada qual sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, inclusive as que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação.
  - (C) no Senado Federal. Se a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem sobre a proposição, cada qual sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação.
  - (D) na Câmara dos Deputados. Se a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem sobre a proposição, cada qual sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação.
  - (E) no Senado Federal. Não há prazo para que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal se manifestem sobre a proposição, por não ter sido o projeto de lei apresentado durante o recesso do Congresso Nacional nem se tratar de projeto de código.
- 
23. Aurora, advogada, foi procurada, por Inês, para requerer homologação de sentença estrangeira no Brasil e, por Bruno, para impetrar mandado de segurança contra ato de Ministro de Estado. Ademais, Aurora quer interpor recurso especial em face de uma decisão, em última instância, do Tribunal de Justiça de São Paulo que contraria lei federal, tratando-se de discussão de questão de direito federal infraconstitucional, sendo que o valor da causa ultrapassa quinhentos salários mínimos. Nessas situações, com base apenas nas informações fornecidas, as ações de Inês e de Bruno deverão ser, originariamente, processadas e julgadas, respectivamente, pelo
- (A) Supremo Tribunal Federal; Superior Tribunal de Justiça. Com relação ao recurso especial, ele não tem cabimento, uma vez que não se trata de caso em que há relevância.
  - (B) Supremo Tribunal Federal; Superior Tribunal de Justiça. Com relação ao recurso especial, compete ao Superior Tribunal de Justiça julgá-lo, tratando-se de caso em que há relevância.
  - (C) Supremo Tribunal Federal; Supremo Tribunal Federal. Com relação ao recurso especial, ele não tem cabimento, uma vez que não se trata de caso em que há relevância.
  - (D) Superior Tribunal de Justiça; Superior Tribunal de Justiça. Com relação ao recurso especial, compete ao Supremo Tribunal Federal julgá-lo, tratando-se de caso em que há relevância.
  - (E) Superior Tribunal de Justiça; Superior Tribunal de Justiça. Com relação ao recurso especial, compete ao Superior Tribunal de Justiça julgá-lo, tratando-se de caso em que há relevância.
- 
24. Sebastião, brasileiro nato, tem 55 anos de idade e é analfabeto. Clarice, brasileira nata, tem 25 anos de idade e é formada em administração de empresas. Juvenal, brasileiro naturalizado, tem 45 anos de idade e é estudante de Direito. Os três pretendem ingressar na política, sendo que Sebastião deseja se candidatar a Vereador do Município onde reside, Clarice deseja se candidatar a Deputada Federal e Juvenal deseja se candidatar à Presidência da República. Nessa situação hipotética, considerando-se apenas as informações fornecidas,
- (A) somente Juvenal pode se candidatar ao cargo que pretende.
  - (B) Sebastião, Clarice e Juvenal podem se candidatar aos cargos que pretendem.
  - (C) somente Clarice e Juvenal podem se candidatar aos cargos que pretendem.
  - (D) Sebastião, Clarice e Juvenal não podem se candidatar aos cargos que pretendem.
  - (E) somente Clarice pode se candidatar ao cargo que pretende.



25. A instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, é
- (A) o Ministério Público, cujos membros terão como garantia, dentre outras, a da vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado, e como vedação, entre outras, a de receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais.
  - (B) o Ministério Público, que abrange: I. o Ministério Público da União, que compreende: o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Militar; II. os Ministérios Públicos dos Estados, que abrangem o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
  - (C) o Ministério Público, que possui como função institucional a de defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas, além de exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe permitida a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.
  - (D) a Advocacia Pública, que tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta anos de idade e menores de 75 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
  - (E) a Advocacia Pública, à qual incumbe, também, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, exclusivamente na esfera judicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.
26. Mary, viúva, estrangeira, faleceu em seu país de origem, deixando, como único herdeiro, seu filho brasileiro, Aparecido e, como único bem, um imóvel na cidade de São Paulo. Nessa situação hipotética, considerando apenas as informações fornecidas, a sucessão de bens de Mary será regulada pela lei
- (A) brasileira, em qualquer hipótese, pois se trata de bem localizado no Brasil.
  - (B) brasileira, em benefício de Aparecido, se não lhe for mais favorável a lei pessoal da *de cuius* (Mary).
  - (C) brasileira, em qualquer hipótese, pois se trata de herdeiro único e brasileiro.
  - (D) estrangeira, em qualquer hipótese, pois a *de cuius* (Mary) era estrangeira.
  - (E) estrangeira, em qualquer hipótese, pois a *de cuius* (Mary) faleceu no seu país de origem e não no Brasil.

#### Noções de Direito Administrativo

27. Nos termos da Lei nº 9.873/1999, a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, quando a conduta NÃO constituir crime,
- (A) prescreve no prazo de 5 anos, contados da data da prática do ato, considerado, no caso de infração permanente ou continuada, o dia em que tiver início a prática infracional.
  - (B) prescreve no prazo de 10 anos, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado a prática infracional.
  - (C) é imprescritível.
  - (D) prescreve no prazo de 5 anos, contados da data da ciência da conduta infracional pela autoridade competente para deflagrar o processo.
  - (E) prescreve no prazo de 3 anos, no caso de procedimento administrativo paralisado, pendente de julgamento ou despacho.
28. Dentre as parcelas consideradas indenizatórias pela Lei nº 8.112/1990 (Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais), estão
- (A) diárias, transporte e adicional noturno.
  - (B) adicional por serviço extraordinário, adicional de insalubridade e adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas.
  - (C) ajuda de custo, transporte e auxílio-moradia.
  - (D) auxílio-moradia, diárias e gratificação por encargo de curso ou concurso.
  - (E) adicional noturno, ajuda de custo e diárias.
29. Ao dispor sobre o Estudo Técnico Preliminar (ETP), a Lei nº 14.133/2021 estabeleceu elementos obrigatórios e elementos que podem, justificadamente, ser omitidos do ETP. Dentre os dispensáveis, estão
- (A) o posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.
  - (B) a descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.
  - (C) a estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte.
  - (D) o levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.
  - (E) a justificativa para o parcelamento ou não da contratação.



30. Pacífico Nobre, cidadão brasileiro, decide solicitar a listagem de cirurgias realizadas em um determinado Hospital Público o custo de cada cirurgia e o nome dos respectivos pacientes. O órgão rejeitou a solicitação, justificando com as seguintes razões: 1) o pedido formulado não estava acompanhado de justificativa quanto ao interesse da informação; 2) as informações referentes à realização de cirurgias e respectivo custo é de natureza sigilosa, por força de classificação automática em razão da matéria relativa à saúde; 3) as informações relativas aos pacientes submetidos a cirurgia são de natureza pessoal, sujeitas a restrição de acesso, ainda que não objeto de classificação de sigilo.
- À luz do que dispõe a Lei nº 12.527/2011, há compatibilidade APENAS na(s) justificativa(s)
- (A) 1.  
(B) 3.  
(C) 2.  
(D) 1 e 2.  
(E) 1 e 3.
- 
31. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942) considera
- (A) lei nova as correções a texto de lei já em vigor.  
(B) ato jurídico perfeito o ato juridicamente válido à luz da lei vigente ao tempo em que se efetuou.  
(C) orientações gerais as interpretações e especificações contidas em atos públicos de caráter individual, desde que extensíveis a outros casos semelhantes.  
(D) coisa julgada a decisão judicial de que não caiba mais ação rescisória.  
(E) adquiridos os direitos que o seu titular, de forma pessoal e indelegável, possa exercer imediatamente.
- 
32. A mando do prefeito, um servidor do Município X usou o caminhão da prefeitura para retirar material de construção em uma loja, material esse destinado a uma obra na fazenda do chefe do Poder Executivo Municipal. Em uma manobra imprudente do motorista, o caminhão tombou sobre um automóvel particular, causando danos materiais e corporais ao ocupante do veículo. À luz de tal situação,
- (A) não haverá responsabilidade estatal, visto que a atividade não pode ser imputada à Administração.  
(B) o motorista e o prefeito são diretamente responsáveis, sendo que a responsabilidade estatal é apenas subsidiária, em virtude da natureza privada da atividade que estava sendo desenvolvida.  
(C) além da responsabilidade estatal objetiva, a situação enseja também a responsabilidade do prefeito por improbidade administrativa e a responsabilidade civil subjetiva do prefeito e do motorista em caráter regressivo.  
(D) trata-se de hipótese de responsabilidade estatal subjetiva, baseada na teoria da culpa do serviço, haja vista que houve o mau funcionamento da atividade estatal.  
(E) haverá responsabilidade objetiva e solidária em relação ao ente estatal, ao prefeito e ao servidor, que devem ser demandados em litisconsórcio coletivo necessário.

#### Noções de Administração Pública

33. Em se tratando de gestão estratégica, o modelo de planejamento que interpreta decisões e as transforma em planos concretos, desdobrando os objetivos institucionais em objetivos departamentais, corresponde ao planejamento
- (A) abstrato.  
(B) estratégico.  
(C) tático.  
(D) operacional.  
(E) categorizado.
- 
34. Os indicadores são tidos como essenciais ao planejamento e controle dos processos das organizações e permitem estabelecer metas e seus desdobramentos, que são imprescindíveis para a análise crítica de seu desempenho e para a tomada de decisões. Associando-os às áreas de negócio cujo desempenho causam maior impacto no sucesso da organização, os indicadores subsidiavam tendências que são entendidas como
- (A) escala de risco dentro de um determinado planejamento.  
(B) comparativo entre indicadores de outros produtos ou unidades de negócio.  
(C) patamares em que os resultados se situam em um período.  
(D) correlações entre ações e resultados.  
(E) variações do nível dos resultados em períodos consecutivos.
- 
35. Como reação a um problema institucional, há a tomada de decisão. E toda decisão institucional carrega elementos que lhes são próprios, como as preferências, que são
- (A) as consequências quanto aos resultados de uma estratégia.  
(B) as ações que o tomador de decisão escolhe para atingir seus objetivos.  
(C) aquelas que o tomador de decisão pretende alcançar com suas ações.  
(D) os critérios que o tomador de decisão usa para fazer a sua escolha.  
(E) os aspectos do ambiente que envolvem o tomador de decisão.



36. Diversos autores afirmam que as organizações precisam adaptar-se para fazerem frente a mudanças constantes, associando-as a mudanças sociais, econômicas, políticas e tecnológicas. São diversos os conceitos e modelos de mudança e inovação organizacional. A mudança que se reconhece como de recriação é aquela que
- (A) está associada a experiências de sucesso e permitem tempo para planejamento da mudança.
  - (B) corresponde a modificações em estruturas específicas da organização e ocorrem com antecipação de eventos futuros.
  - (C) se inicia em situação de crise, de forma estratégica e reativa, envolvendo transformação em valores básicos da Instituição.
  - (D) pode ser realizada no contexto da estrutura e dos processos de gestão existentes na organização.
  - (E) incremental, gerando adaptação dos valores organizacionais, de acordo com a nova estratégia e estrutura pensadas.

#### Noções de Gestão de Pessoas

37. Para se administrar um conflito dentro de uma organização pode-se empregar alguns estilos, tal como o estilo de
- (A) colaboração, que visa resolver os pontos de menor divergência e deixar problemas maiores para frente.
  - (B) acomodação, empregado em uma situação de ganha/ganha, utilizando-se de uma solução ampla.
  - (C) compromisso, que ocorre quando as partes envolvidas aceitam perdas e ganhos para os envolvidos.
  - (D) competitivo, que é utilizado quando os conflitantes são deixados à disputa, verificando-se quem prevalece.
  - (E) compensação, evitando-se o conflito de pronto, direcionando a disputa para outro foco de atenção e/ou preocupação.
38. Em se tratando do tema descrição de cargos, é necessário distinguir os conceitos de tarefa e função. Nesse sentido, tarefa é
- (A) a atividade executada por um indivíduo na organização, enquanto função é o agregado de tarefas atribuído a cada indivíduo na organização.
  - (B) o agregado de metas atribuído a cada indivíduo na organização, enquanto função é o estudo que se faz sobre as tarefas e componentes do cargo e especificações de seu ocupante.
  - (C) a ação descrita de forma organizada, permitindo a compreensão das atividades, enquanto função é a atividade executada por um indivíduo na organização.
  - (D) o conjunto de funções do indivíduo, enquanto função é a tarefa principal que lhe cabe dentro da organização.
  - (E) a atividade principal que cabe ao indivíduo dentro da organização, enquanto função é o valor daquilo que executa para o regular funcionamento organizacional.
39. São características do modelo de gestão de pessoas denominado de gestão inspiradora:
- (A) possibilidade de conflitos, risco de esgotamento do líder e dependência do nível de maturidade da equipe.
  - (B) dependência do perfil do líder, criação de cultura de alta performance e desenvolvimento de talentos.
  - (C) processo de tomada de decisão mais lento, controle total sobre as operações e desenvolvimento limitado de talentos.
  - (D) falta de participação dos colaboradores, redução de incertezas e maior engajamento dos colaboradores.
  - (E) diversidade de ideias e soluções, clareza nas expectativas e responsabilidades e desenvolvimento contínuo de competências.

40. A satisfação das pessoas no trabalho relaciona-se com o maior sucesso do negócio. Nesse contexto, é objeto de análise constante o comportamento dos indivíduos e sua motivação no trabalho. A teoria que estudou condições higiênicas e motivacionais, definindo a motivação e satisfação do indivíduo no emprego, ficou conhecida como Teoria
- (A) Motivacional.
  - (B) dos Dois Fatores.
  - (C) Comportamental.
  - (D) Exógena.
  - (E) Relacional.

#### Noções de Orçamento Público

41. O Projeto de Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2026 de um ente público, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000,
- (A) conterà, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social com as metas fiscais de resultados primário e nominal estabelecidas no Plano Plurianual.
  - (B) conterà reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias referente ao exercício de 2026.
  - (C) estabelecerá os critérios e forma de limitação de empenho a ser efetivada na hipótese de insuficiência de arrecadação no exercício financeiro de 2026, em atendimento ao princípio orçamentário da exclusividade.
  - (D) conterà demonstrativo com a evolução do patrimônio líquido referente aos exercícios financeiros de 2023 a 2025, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.
  - (E) estabelecerá as metas anuais para exercícios financeiros de 2026 a 2029, com o objetivo de garantir sustentabilidade à trajetória da dívida pública, em atendimento ao princípio orçamentário da exclusividade.



42. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o resultado de execução orçamentária é impactado pelo
- (A) pagamento de restos a pagar processados e pelo recebimento de dinheiro em doação.
  - (B) pagamento de despesa com obras e pelo lançamento de receitas correntes.
  - (C) registro de passivo permanente e pela arrecadação de receitas de serviços.
  - (D) pagamento de restos a pagar e pela obtenção do principal de operação de crédito.
  - (E) empenho de despesa com auxílio e pelo recebimento de dinheiro em doação.
- 
43. Quanto às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público estabelece que o valor recebido com depósito em caução em fevereiro de 2023 e integralmente devolvido em janeiro de 2025 deve compor o saldo exposto como
- (A) Despesa Paga no Quadro Principal do Balanço Orçamentário referente ao exercício financeiro de 2025.
  - (B) Passivo Financeiro no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes de 31/12/2023.
  - (C) Variação Patrimonial Aumentativa na Demonstração das Variações Patrimoniais de 31/12/2023.
  - (D) Ingresso de Receita Orçamentária no Quadro Principal do Balanço Financeiro referente ao ano de 2023.
  - (E) Receita Corrente Realizada no Quadro Principal do Balanço Orçamentário referente ao exercício financeiro de 2023.
- 
44. Quanto à classificação orçamentária, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público estabelece que a
- (A) despesa fixada com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização corresponde, quanto ao Grupo de Natureza de Despesa, a Investimentos.
  - (B) despesa fixada com pagamento de juros de operações de crédito corresponde, quanto à Categoria Econômica, a Despesas de Capital.
  - (C) receita prevista com Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público corresponde, quanto à Origem, a uma Receita Patrimonial.
  - (D) receita prevista com Remuneração de Depósitos Bancários corresponde, quanto à Espécie, a uma Receita de Serviços.
  - (E) receita prevista com Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Móveis corresponde, quanto à Categoria Econômica, a uma Receita Corrente.
- 
45. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, uma entidade pública
- (A) apresentou no Balanço Orçamentário o saldo total da dotação de R\$ 125.000,00, quando a dotação atualizada é de R\$ 715.000,00 e as despesas empenhadas e pagas totalizam, respectivamente, R\$ 678.000,00 e R\$ 590.000,00.
  - (B) inscreveu em restos a pagar não processados o valor total de R\$ 37.000,00, quando a dotação atualizada é de R\$ 715.000,00 e as despesas empenhadas, liquidadas e pagas totalizam, respectivamente, R\$ 678.000,00, R\$ 608.000,00 e R\$ 590.000,00.
  - (C) inscreveu em restos a pagar processados o valor total de R\$ 18.000,00, quando a dotação atualizada é de R\$ 715.000,00 e as despesas empenhadas, liquidadas e pagas totalizam, respectivamente, R\$ 678.000,00, R\$ 608.000,00 e R\$ 590.000,00.
  - (D) apresentou no Balanço Orçamentário um excesso total de arrecadação de R\$ 303.000,00, quando a previsão atualizada é de R\$ 834.000,00 e as receitas lançadas e realizadas totalizam, respectivamente, R\$ 531.000,00 e R\$ 845.000,00.
  - (E) apresentou no Balanço Orçamentário uma economia orçamentária total de R\$ 88.000,00, quando a dotação atualizada é de R\$ 715.000,00 e as despesas empenhadas e pagas totalizam, respectivamente, R\$ 678.000,00 e R\$ 590.000,00.
- 
46. De acordo com a Lei nº 4.320/1964 e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, na execução orçamentária da
- (A) despesa, o crédito orçamentário adicional especial é utilizado para o reforço de dotação orçamentária que resultou insuficiente e sua vigência é sempre limitada ao exercício financeiro em que foi aberto.
  - (B) despesa, a abertura de crédito orçamentário adicional especial pode ser efetuada utilizando como fontes de recursos as receitas extraorçamentárias recebidas no exercício financeiro no qual o crédito é aberto.
  - (C) receita, o lançamento é o ato praticado pela repartição competente que verifica a procedência do crédito fiscal, identifica o respectivo devedor e inscreve o débito deste, dando origem a um ativo permanente.
  - (D) receita, são objetos de lançamento os impostos diretos e quaisquer outras rendas com vencimentos determinados em lei, como receitas incidentes sobre propriedade, cauções e contribuições sociais.
  - (E) despesa, o empenho é o ato emitido por autoridade competente que cria, para uma entidade pública, obrigação de pagamento pendente de implemento de condição, dando origem a um ativo permanente.

**Noções de Direito do Trabalho**

47. Existindo cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antecipada, o trabalhador que, sem justa causa, rescindir contrato de trabalho por prazo determinado antes do respectivo termo:
- (A) deverá observar os princípios que regem a rescisão dos contratos por prazo indeterminado, especialmente a obrigação de comunicar previamente ao empregador da sua resolução, nos termos da legislação que regula o aviso prévio, sob pena de pagamento de indenização do período correspondente.
  - (B) poderá, mediante a anuência expressa do empregador, optar entre pagar-lhe indenização em valor equivalente à metade da remuneração a que teria direito até o término do contrato; ou observar os princípios que regem a rescisão dos contratos por prazo indeterminado, especialmente a obrigação de comunicar previamente ao empregador da sua resolução, nos termos da legislação que regula o aviso prévio, ou indenizar o período correspondente.
  - (C) estará sujeito a, cumulativamente, indenizar o empregador dos prejuízos que desse fato lhe resultarem, em valor que não poderá exceder a indenização a que teria direito caso a iniciativa da rescisão tivesse sido do outro contratante; e comunicar previamente ao empregador da sua resolução com, no mínimo, 7 dias de antecedência, sob pena de pagamento de indenização do período correspondente.
  - (D) deverá comunicar ao empregador da sua resolução com, no mínimo, 30 dias de antecedência, nos termos da legislação que regula o aviso prévio, sob pena de pagamento de indenização em valor equivalente à metade da remuneração a que teria direito até o término do contrato.
  - (E) poderá livremente escolher entre indenizar o empregador dos prejuízos que desse fato lhe resultarem, em valor que não poderá exceder a indenização a que teria direito caso a iniciativa da rescisão tivesse sido do outro contratante; ou observar os princípios que regem a rescisão dos contratos por prazo indeterminado, especialmente a obrigação de comunicar previamente ao empregador da sua resolução, nos termos da legislação que regula o aviso prévio, sob pena de pagamento de indenização do período correspondente.
- 
48. A Constituição Federal de 1988 assegura aos trabalhadores domésticos diversos direitos, dentre os quais
- (A) proteção em face da automação, na forma da lei, e ação quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
  - (B) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho e salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.
  - (C) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei, e adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.
  - (D) garantia de salário nunca inferior ao mínimo para os que percebem remuneração variável e o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.
  - (E) proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos e jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- 
49. A transportadora RumoSul Ltda. vendeu todas as suas operações, incluindo os elementos corpóreos e incorpóreos do seu fundo de comércio, para a empresa Rodocarga Ltda., do mesmo setor econômico, que assumiu as atividades da empresa sucedida sem interrupção. Diante desse quadro, e considerando as disposições da CLT sobre o tema,
- (A) a empresa Rodocarga responde apenas pelos débitos anteriores à transferência que estiverem regularmente contabilizados, em relação aos quais o devedor primitivo fica solidariamente obrigado pelo prazo de um ano a partir da data do vencimento da dívida, sendo a empresa RumoSul a única responsável pelas dívidas não escrituradas contraídas antes da sucessão, salvo se ficar comprovado que a empresa sucessora tinha conhecimento dos débitos, hipótese em que esta responderá subsidiariamente.
  - (B) a empresa Rodocarga tornou-se responsável pelas dívidas contraídas à época em que os empregados trabalhavam para a empresa RumoSul, inclusive aqueles que tiveram seus contratos extintos antes da sucessão, e a empresa RumoSul só responderá por tais dívidas se ficar comprovada a insolvência da sucessora, má-fé ou fraude na transferência, hipótese em que responderá de forma subsidiária pelos débitos.
  - (C) a empresa Rodocarga tornou-se responsável pelas dívidas contraídas à época em que os empregados trabalhavam para a empresa RumoSul, porém apenas em relação aos trabalhadores ativos que lhe passaram a prestar serviços por sucessão de empregadores, remanescendo a cargo da empresa RumoSul a responsabilidade sobre os contratos extintos antes da sucessão, sendo que em relação às dívidas assumidas pela empresa Rodocarga, a empresa RumoSul só responderá se ficar comprovada insolvência da sucessora ou fraude na transferência, hipótese em que responderá de forma subsidiária.
  - (D) a empresa Rodocarga tornou-se responsável pelas dívidas contraídas à época em que os empregados trabalhavam para a empresa RumoSul, inclusive aqueles que tiveram seus contratos extintos antes da sucessão, e a empresa RumoSul só responderá por tais dívidas se ficar comprovada fraude na transferência, hipótese em que responderá de forma solidária.
  - (E) ambas as empresas, sucedida e sucessora, são solidariamente responsáveis pelas dívidas contraídas à época em que os empregados trabalhavam para a empresa RumoSul e cujos contratos de trabalho já estavam extintos por ocasião da sucessão, sendo que, em relação aos contratos de trabalho que permaneceram ativos após a sucessão, a responsabilidade pelas dívidas anteriores à aquisição é da empresa sucessora, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa sucedida por tais débitos em caso de insolvência da devedora principal.



50. Uma empresa pretende contratar um novo empregado para trabalhar no horário contratual das 8h às 14 horas, porém com a intenção de que, mediante acordo de prorrogação de jornada, ele realize uma hora extraordinária todos os dias, encerrando sua atividade somente às 15 horas. Considerando a situação, a diretoria da empresa questiona o departamento de recursos humanos quanto ao intervalo intrajornada a que este novo empregado terá direito, e também se o período de descanso deverá ou não ser computado na duração do seu trabalho. Em conformidade com a legislação consolidada (CLT) e o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), o departamento de recursos humanos esclarece que o trabalhador terá direito a, no mínimo,
- (A) uma hora de intervalo, que será computado na duração do seu trabalho, período que poderá ser reduzido por acordo individual escrito, convenção ou acordo coletivo de trabalho ou, excepcionalmente, por ato do Ministro do Trabalho.
  - (B) uma hora de intervalo, que não será computado na duração do seu trabalho, período que poderá ser reduzido por ato do Ministro do Trabalho se o estabelecimento integrar o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).
  - (C) uma hora de intervalo, que não será computado na duração do seu trabalho, período que poderá ser reduzido por convenção ou acordo coletivo de trabalho, respeitado o limite mínimo de trinta minutos.
  - (D) quinze minutos de intervalo, período que será computado na duração do seu trabalho.
  - (E) quinze minutos de intervalo, período que não será computado na duração do seu trabalho.
- 
51. De acordo com as disposições da CLT, a proteção estatal à parentalidade inclui o reconhecimento do direito a licença maternidade de 120 dias
- (A) à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente, sendo que, em caso de guarda conjunta, a licença será direito de apenas um dos adotantes ou guardiães empregado ou empregada, e também garantia de estabilidade provisória ao empregado adotante ao qual tenha sido concedida guarda provisória para fins de adoção no curso do contrato de trabalho, ainda que durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado.
  - (B) ao empregado ou à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança que não houver completado 5 anos de idade, sendo que, em caso de guarda conjunta, a licença poderá ser dividida entre os adotantes ou guardiães, e também garantia de estabilidade provisória ao empregado ou empregada adotante ao qual tenha sido concedida guarda provisória para fins de adoção no curso do contrato de trabalho, excetuado o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado.
  - (C) ao empregado ou à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança que não houver completado 12 anos de idade, sendo que, em caso de guarda conjunta, a licença poderá ser dividida entre os adotantes ou guardiães, e também garantia de estabilidade provisória ao empregado adotante ao qual tenha sido concedida guarda definitiva no curso do contrato de trabalho, ainda que durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado.
  - (D) ao empregado ou à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, sendo que, em caso de guarda conjunta, a licença será direito de ambos os adotantes ou guardiães, salvo se trabalharem na mesma empresa, hipótese em que será direito de apenas um dos adotantes ou guardiães, cabendo ao outro o gozo de licença em período equivalente ao da licença paternidade, e também garantia de estabilidade provisória ao empregado adotante ao qual tenha sido concedida guarda provisória para fins de adoção no curso do contrato de trabalho, ainda que durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado.
  - (E) à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente, sendo que, em caso de guarda conjunta, a licença será direito de ambos os adotantes ou guardiães, salvo se trabalharem na mesma empresa, hipótese em que será direito de apenas um dos adotantes ou guardiães, cabendo ao outro o gozo de licença em período equivalente ao da licença paternidade, e também garantia de estabilidade provisória ao empregado adotante ao qual tenha sido concedida guarda definitiva no curso do contrato de trabalho, ainda que durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado.
- 
52. Pedro celebrou contrato de trabalho por prazo determinado pelo período de 2 anos, o qual foi extinto naturalmente pelo advento do seu termo final preestabelecido. Após o término do contrato, Pedro descobriu que fora acometido por doença incapacitante que possui relação com as atividades que desenvolvia na empresa. Em consulta na internet, Pedro se deparou com o artigo 118 da Lei nº 8.213/1991, segundo o qual *"o segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de 12 meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente"*, o que lhe gerou dúvidas sobre o seu direito à estabilidade nele prevista. Consultando um advogado, este lhe esclareceu que, de acordo com o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho,
- (A) não há o direito à estabilidade prevista no artigo 118 da Lei nº 8.213/1991 porque ela tem por pressupostos o afastamento superior a 15 dias no curso do contrato e a consequente percepção do auxílio-doença acidentário, o que não ocorreu no caso, embora o fato de se tratar de contrato de trabalho por tempo determinado não seja relevante, pois os trabalhadores submetidos a tais contratos gozam da referida garantia provisória de emprego.
  - (B) há o direito à estabilidade prevista no artigo 118 da Lei nº 8.213/1991, pois a doença incapacitante foi constatada no período de projeção do aviso prévio indenizado, período que integra o contrato de trabalho para todos os efeitos.
  - (C) não há o direito à estabilidade prevista no artigo 118 da Lei nº 8.213/1991 por se tratar de contrato por prazo determinado e, ainda que assim não fosse, a referida garantia de emprego tem como pressupostos o afastamento superior a 15 dias no curso do contrato e a consequente percepção do auxílio-doença acidentário, o que não ocorreu no caso.
  - (D) há o direito à estabilidade prevista no artigo 118 da Lei nº 8.213/1991, pois, embora ela tenha por pressupostos o afastamento superior a 15 dias e a consequente percepção do auxílio-doença acidentário, ela também será devida se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego, sendo que o fato de o contrato ser por tempo determinado não afasta referida garantia provisória de emprego.
  - (E) não há o direito à estabilidade prevista no artigo 118 da Lei nº 8.213/1991 por se tratar de contrato por prazo determinado, sendo que o fato de não ter havido afastamento superior a 15 dias no curso do contrato e a consequente percepção do auxílio-doença acidentário não seria determinante, pois a estabilidade é garantida se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego.



53. Em conformidade com a lei que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a conta vinculada do trabalhador poderá ser movimentada, total ou parcialmente, na hipótese de
- (A) rescisão por culpa recíproca; por acordo entre empregado e empregador; ou em caso de extinção normal do contrato a termo.
  - (B) despedida sem justa causa; por força maior; ou quando o trabalhador tiver idade igual ou superior a 60 anos.
  - (C) despedida indireta; em caso de suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a 120 dias; ou quando o trabalhador permanecer cinco anos ininterruptos fora do regime do FGTS.
  - (D) extinção total da empresa; falecimento do cônjuge ou dependente do trabalhador; ou para fins de amortização extraordinária de saldo devedor de empréstimo consignado.
  - (E) rescisão decorrente da perda, pelo trabalhador, da habilitação ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão; transferência do empregado para o exterior; ou concessão de aposentadoria pela Previdência Social.

#### Noções de Direito Processual do Trabalho

54. Sobre as comunicações oficiais dos atos processuais e sobre os prazos das partes, de acordo com as disposições legais aplicáveis, incluindo as que tratam do processo judicial eletrônico, é correto afirmar:
- (A) não se tratando de ato cuja lei exija vista ou intimação pessoal, as partes serão comunicadas por publicação no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), que substitui qualquer outro meio de publicação oficial para fins de intimação, sendo considerada como data da publicação o dia da disponibilização da informação no DJE, com início dos prazos processuais no primeiro dia útil subsequente.
  - (B) as partes serão comunicadas por publicação no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), que será considerado como vista ou intimação pessoal para todos os efeitos, sendo considerada como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no DJE, com início dos prazos processuais no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.
  - (C) não se tratando de ato cuja lei exija vista ou intimação pessoal, as partes serão comunicadas por publicação no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), que substitui qualquer outro meio de publicação oficial para fins de intimação, sendo considerada como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no DJE, com início dos prazos processuais no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.
  - (D) as partes serão comunicadas por publicação no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), que será considerado como vista ou intimação pessoal para todos os efeitos, sendo considerada como data da publicação o dia da disponibilização da informação no DJE, com início dos prazos processuais no primeiro dia útil subsequente.
  - (E) as partes serão comunicadas por publicação no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), que será considerado como vista ou intimação pessoal para todos os efeitos, sendo considerada como data da publicação o dia da disponibilização da informação no DJE, com início dos prazos processuais no segundo dia útil subsequente.
55. De acordo com as disposições da CLT e do CPC, o incidente de descon sideração da personalidade jurídica poderá ser instaurado
- (A) em qualquer momento na fase de cumprimento de sentença, sendo permitida sua instauração na fase de conhecimento nas hipóteses de recuperação judicial ou falência da pessoa jurídica, sendo que a decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente, proferida na fase de conhecimento, poderá ser impugnada imediatamente por agravo regimental.
  - (B) no processo de conhecimento por requerimento formulado na petição inicial e em todas as fases da execução, sendo que a decisão que acolher ou rejeitar o incidente, proferida na fase de execução, poderá ser impugnada por agravo de petição, desde que garantido o juízo.
  - (C) em todas as fases do processo de conhecimento, inclusive se a descon sideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, e em todas as fases da execução, sendo que a decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente, proferida na fase de conhecimento, poderá ser impugnada por mandado de segurança.
  - (D) somente na fase de cumprimento de sentença, caso presentes as hipóteses legais de redirecionamento da execução para os sócios, como o estado de insolvência da pessoa jurídica ou ocultação patrimonial, pois se trata de incidente de execução, sendo que a decisão que acolher ou rejeitar o incidente poderá ser impugnada por agravo de petição, independentemente de garantia do juízo.
  - (E) em todas as fases do processo de conhecimento e da execução, sendo, contudo, dispensada a instauração do incidente se a descon sideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica, sendo que a decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente, proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente no tribunal, poderá ser impugnada por agravo interno.



56. De acordo com as previsões legais e o entendimento sumulado do TST, nas ações de competência da Justiça do Trabalho, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% sobre o valor do acordo ou condenação, observado o máximo de:
- (A) quatro vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, e serão pagas pelo vencido após o trânsito em julgado da decisão ou, no caso de recurso, dentro do prazo recursal, sendo que, no caso de inversão do ônus da sucumbência em segundo grau, sem acréscimo ou atualização do valor das custas e se estas já foram devidamente recolhidas, descabe um novo pagamento pela parte vencida, ao recorrer, que deverá ao final, se sucumbente, reembolsar a quantia.
  - (B) quatro vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, e serão pagas pelo vencido após o trânsito em julgado da decisão ou, no caso de recurso, dentro do prazo recursal, sendo que, no caso de inversão do ônus da sucumbência em segundo grau, sem acréscimo ou atualização do valor das custas e se estas já foram devidamente recolhidas, é ônus da parte vencida, ao recorrer, efetuar novo recolhimento, independentemente de intimação, sob pena de deserção do recurso.
  - (C) dez vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, e serão pagas pelo vencido após o trânsito em julgado da decisão ou, no caso de recurso, dentro do prazo recursal, sendo que, no caso de inversão do ônus da sucumbência em segundo grau, sem acréscimo ou atualização do valor das custas e se estas já foram devidamente recolhidas, descabe um novo pagamento pela parte vencida, ao recorrer, que deverá ao final, se sucumbente, reembolsar a quantia.
  - (D) dez vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, e serão pagas pelo vencido após o trânsito em julgado da decisão ou, no caso de recurso, dentro do prazo recursal, sendo que, no caso de inversão do ônus da sucumbência em segundo grau, sem acréscimo ou atualização do valor das custas e se estas já foram devidamente recolhidas, é ônus da parte vencida, ao recorrer, efetuar novo recolhimento, independentemente de intimação, sob pena de deserção do recurso.
  - (E) vinte vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, e serão pagas pelo vencido após o trânsito em julgado da decisão ou, no caso de recurso, dentro do prazo recursal, sendo que, no caso de inversão do ônus da sucumbência em segundo grau, sem acréscimo ou atualização do valor das custas e se estas já foram devidamente recolhidas, é ônus da parte vencida, ao recorrer, efetuar novo recolhimento, independentemente de intimação, sob pena de deserção do recurso.
- 
57. De acordo com as disposições legais e a Instrução Normativa nº 40, do TST, a decisão regional que inadmite recurso de revista poderá ser objeto de impugnação mediante:
- (A) agravo interno, caso tenha negado seguimento ao recurso de revista por reputá-lo em conformidade com entendimento do TST exarado nos regimes de julgamento de recursos repetitivos, de resolução de demandas repetitivas e de assunção de competência; ou agravo de instrumento, nas demais hipóteses não compreendidas anteriormente, sendo que é incabível a oposição de embargos de declaração ante a natureza do ato decisório e a existência de recurso taxativamente previsto para impugnação do ato.
  - (B) embargos de declaração, caso tenha deixado de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento; agravo interno, caso tenha negado seguimento ao recurso de revista por reputá-lo em conformidade com entendimento do TST exarado nos regimes de julgamento de recursos repetitivos, de resolução de demandas repetitivas e de assunção de competência; ou agravo de instrumento, nas demais hipóteses não compreendidas anteriormente.
  - (C) embargos de declaração, se houver omissão no juízo de admissibilidade do recurso de revista quanto a um ou mais temas; ou agravo de instrumento, caso não exista omissão no juízo de admissibilidade. Incabível agravo interno, pois a medida se destina exclusivamente a atacar decisão monocrática proferida pelo relator nos tribunais, com julgamento pelo respectivo órgão colegiado.
  - (D) agravo de instrumento, medida recursal típica para atacar decisão que, em primeiro juízo de admissibilidade, nega seguimento a recurso, sendo incabível a oposição de embargos de declaração ante a natureza do ato decisório e a existência de recurso taxativamente previsto para impugnação do ato. Incabível agravo interno, pois a medida se destina exclusivamente para atacar decisão monocrática proferida pelo relator nos tribunais, com julgamento pelo respectivo órgão colegiado.
  - (E) embargos de declaração, se houver omissão no juízo de admissibilidade do recurso de revista quanto a um ou mais temas; ou agravo interno, caso não exista omissão no juízo de admissibilidade, sendo incabível agravo de instrumento, pois a medida se destina ao enfrentamento das decisões interlocutórias taxativamente previstas na lei processual, dentre as quais não se incluem as decisões de admissibilidade de recursos.



58. De acordo com as disposições legais aplicáveis e o entendimento do TST pacificado em Súmulas e Orientações Jurisprudenciais, o recurso ordinário é cabível das decisões definitivas
- (A) proferidas pelos Juízos de Direito investidos na administração da Justiça do Trabalho, com julgamento pelo Tribunal de Justiça a qual se vincula.
  - (B) ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, com julgamento pelo Tribunal Superior do Trabalho.
  - (C) das Varas do Trabalho proferidas em embargos de terceiro, com julgamento pelo respectivo Tribunal Regional do Trabalho.
  - (D) ou terminativas das Varas e Juízos em dissídios coletivos, com julgamento pelo respectivo Tribunal Regional do Trabalho.
  - (E) das Varas do Trabalho proferidas nas execuções fiscais e nas controvérsias da fase de execução que envolvam a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), com julgamento pelo respectivo Tribunal Regional do Trabalho.
- 
59. No Direito Processual do Trabalho, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato (CLT, art. 893, § 1º). De acordo com a jurisprudência sumulada do TST, EXCETUA-SE dessa regra a decisão
- (A) suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal.
  - (B) que acolhe exceção de incompetência territorial com a remessa dos autos para órgão vinculado ao mesmo Tribunal Regional a que se vincula o juízo excipiente.
  - (C) proferida com violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.
  - (D) que indefere a produção de prova pericial para efeito de caracterização e classificação de insalubridade ou periculosidade ou de outra prova técnica obrigatória.
  - (E) que acolhe preliminar de ilegitimidade passiva arguida em contestação e, antes da audiência de instrução, exclui litisconsorte da lide.
- 
60. Considerando as disposições legais aplicáveis e o entendimento pacificado pelo TST em suas Súmulas, o não comparecimento do reclamante
- (A) à audiência inaugural da qual fora expressamente intimado a prestar depoimento implica na sua confissão quanto à matéria de fato, e o não comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato, ainda que presente seu advogado munido de procuração, impossibilitando o recebimento da contestação e os documentos que eventualmente a acompanham.
  - (B) à audiência inaugural da qual fora expressamente intimado a prestar depoimento implica na sua confissão quanto à matéria de fato, e o não comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato, sendo, contudo, aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados se o seu advogado se fizer presente na audiência.
  - (C) importa o arquivamento da reclamação, salvo se se tratar de audiência em prosseguimento da qual fora expressamente intimado a prestar depoimento sob pena de confissão, consequência que lhe será aplicada, e o não comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato, ainda que presente seu advogado munido de procuração, impossibilitando o recebimento da contestação e os documentos que eventualmente a acompanham.
  - (D) importa o arquivamento da reclamação, salvo se se tratar de audiência em prosseguimento da qual fora expressamente intimado a prestar depoimento sob pena de confissão, consequência que lhe será aplicada, e o não comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato, sendo, contudo, aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados se o seu advogado se fizer presente na audiência.
  - (E) importa o arquivamento da reclamação, ainda que se trate de audiência em prosseguimento da qual fora expressamente intimado a prestar depoimento, e o não comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato, ainda que presente seu advogado munido de procuração, impossibilitando o recebimento da contestação e os documentos que eventualmente a acompanham.



**PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO**

**Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo 12: item 12.3 Na **Prova de Redação** o candidato deverá desenvolver um texto dissertativo a partir de uma única proposta, sobre assunto de interesse geral. [...] 12.7 Na **Prova de Redação**, a folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da **Prova de Redação** pela Banca Examinadora. 12.8 Na **Prova de Redação**, deverão ser rigorosamente observados os **limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

**Texto I**

*A onda das bonecas hiperrealistas – os chamados bebês reborn – não é recente. Há pelo menos 30 anos esses brinquedos surgiram nos Estados Unidos, com artistas transformando bonecas comuns em réplicas realistas.*

*A riqueza de detalhes das artesãs, também chamadas de “cegonhas”, faz com que uma boneca possa chegar a quase R\$ 10 mil no Brasil. Nas redes sociais, mulheres aparecem trocando roupinhas de seus bebês reborn, dando mamadeira, levando para passear e algumas até os levam a hospitais.*

(Adaptado de: Folha de S. Paulo. Bebê reborn: como a psicanálise explica nova onda? Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>)

**Texto II**

*Vivemos tempos em que a fronteira entre fantasia e realidade está cada vez mais diluída. Criamos versões editadas de nós mesmos nas redes, montamos cenários para exibir afetos, performamos relações. Não estamos apenas confundindo fantasia com realidade. Estamos desejando relações com aquilo que não sente, não responde, não escapa de nós. Com aquilo que pode ser desligado, deletado, reiniciado.*

*O bebê reborn está ali. Parado. Imóvel. E, ainda assim, é cuidado como se fosse real. Não responde. Não sente. Não cresce. E talvez seja justamente por isso que tanta gente o tenha escolhido. Não por loucura, mas por tentativa. Tentativa de encenar o cuidado num tempo em que as relações reais parecem, para muitos, assustadoras ou distantes demais.*

(Adaptado de: GEHM, Tauane. Bebês reborn: o que há por trás do espanto? Veja Saúde. Disponível em: <https://saude.abril.com.br>)

Com base nos textos I e II apresentados, redija um texto dissertativo-argumentativo, refletindo sobre o tema:

**O esvaziamento da experiência real no mundo contemporâneo.**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	



14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO